

CAMPONESES, FAZENDEIROS E A TEOLOGIA DA LIBERTAÇÃO NA LUTA PELA TERRA NO SUL E NO SUDESTE DO ESTADO DO PARÁ: 1960-1990

Pere Petit¹

Airton dos Reis Pereira²

Fábio Tadeu de Melo Pessôa³

Resumo: Neste artigo analisamos os conflitos agrários entre camponeses e fazendeiros no sul e sudeste do Estado do Pará no contexto da ditadura militar-civil e primeiros anos da Nova República. Nesse período, a problemática da luta em torno da posse da terra não pode ser entendida tão somente como *locus* do confronto entre fazendeiros e camponeses, mas deve ser apreendida como espaço que envolveu uma multiplicidade de atores, sobretudo dos setores da Igreja católica ligados à Teologia da Libertação; instituições do Estado brasileiro, como o Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), a Polícia Militar, a Polícia Civil, a Polícia Federal, juízes; e pistoleiros e milícias privadas.

Palavras-chave: Amazônia; Estado do Pará; Conflitos pela terra; Igreja Católica.

PEASANTS, FARMERS AND LIBERATION THEOLOGY IN THE STRUGGLE FOR LAND IN THE SOUTH AND SOUTHEAST OF PARÁ STATE: 1960-1980

Abstract: In this article we analyze the agrarian conflicts between peasants and farmers in the south and southeast of Estado do Pará in the context of military-civilian dictatorship and the early years of the New Republic. During this period, the problem of struggle over land ownership can not be understood solely as a place of confrontation between farmers and peasants, but should be understood as space that involved a multiplicity of actors, especially the sectors of the Catholic Church related to Theology Liberation; Brazilian state institutions such as the Institute for Colonization and Agrarian Reform (INCRA), the Military Police, Civil Police, the Federal Police, Judges; and gunmen and private militias.

Keywords: Amazonia; Estado do Pará; Conflicts over land; Catholic Church.

¹ Doutor em História Econômica pela USP. Vice-coordenador do Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia da Universidade Federal do Pará. E-mail: petitpere@hotmail.com.

² Doutor em História pela UFPE e coordenador do Campus de Marabá, da Universidade do Estado do Pará. E-mail: airtonper@yahoo.com.br.

³ Professor da Universidade Federal Sul e Sudeste do Pará. Doutorando no Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia (UFPA). E-mail: fabiopessoa@hotmail.com.

Governos militares e seus projetos para a Amazônia

Na madrugada da terça feira dia 31 de março, o general Mourão Filho, Comandante da IV Região Militar, sediada em Juiz de Fora (Minas Gerais), ordenou às tropas sob seu comando se dirigir ao Rio de Janeiro para exigir a renúncia do presidente João Goulart. Iniciava-se o levante militar que culminaria com o golpe de Estado, “*tramado dentro e fora do país*” (leia-se nos EUA), “*resultado de uma ampla coalizão civil-militar, conservadora e antirreformista*” (NAPOLITANO, 2014: 7-10). O movimento militar em Minas Gerais, ainda que fosse considerado prematuro por outros oficiais e setores civis favoráveis ao afastamento de João Goulart, acelerou os acontecimentos sob o comando, principalmente, dos generais Costa e Silva e Castelo Branco e os governadores de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo. No dia 2 de abril seria liquidado o governo populista-reformista presidido por Goulart que tinha como meta principal a aprovação das reformas de base, entre as quais se destacava a proposta de reforma agrária.

Em 1960, durante o mandato como governador do Pará de Moura Carvalho (1959-19161), Benedito Monteiro, advogado e militante do então ilegal Partido Comunista Brasileiro (PCB), assumiu a Secretaria de Estado de Obras, Terras e Viação, cargo que manteve durante o mandato do governador Aurélio do Carmo (1961-1964), tendo como meta desenvolver projetos de reforma agrária no estado, especialmente em terras situadas nas margens da rodovia Belém-Brasília para o assentamento de posseiros e trabalhadores rurais. Em 1963, Benedito Monteiro, eleito deputado federal pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) em 1962, apresentou à Assembleia Legislativa o primeiro projeto de reforma agrária do Pará.

Quinze dias após o golpe militar-civil de 1964, Benedicto Monteiro foi preso no município paraense de Alenquer. Um dia antes, o seu mandato havia sido cassado pela Assembleia Legislativa, “*por unanimidade de trinta e quatro votos, em uma reunião especialmente convocada para esse fim*”. Também tiveram cassados seus mandatos no dia 9 de junho de 1964, acusados de favorecer atividades subversivas e a infiltração comunista em órgãos do governo paraense, clientelismo, corrupção e malversação de fundos públicos, o governador e vice-governador, Aurélio do Carmo e Newton Miranda, respectivamente. O governador sempre defendeu as reformas de base, entre elas a própria reforma agrária,

contudo, seria durante o seu governo e do seu antecessor, Aurélio do Carmo, ambos do Partido Social Democrata (PSD), quando o governo do Pará vendeu o maior número de terras públicas à iniciativa privada desde a proclamação da República.

Embora tenham sido elaborados alguns planos para o desenvolvimento socioeconômico da Amazônia e, alguns deles, postos em prática antes de abril de 1964, foi a partir de setembro de 1966, com a criação do Banco da Amazônia S/A (BASA), em substituição ao Banco de Crédito da Amazônia, e da Sudam, em substituição da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), criada em 1953, que se intensificaram as ações do Governo Federal na Amazônia Legal⁴. Em sua Mensagem ao Congresso Nacional, lida no dia 31 de março de 1970, o presidente Médici resumia com as seguintes palavras os planos do seu governo para a Amazônia: “*Consolidar a ocupação da Amazônia (...), representa outro objetivo fundamental do Governo, possibilitando, destarte, a crescente integração daquela vasta área às demais regiões do País*” (MÉDICI, 1970: 46).

Visando diminuir as tensões sociais no campo nas regiões Sul, Sudeste e, sobretudo, no Nordeste, o Governo Federal resolveu promover a migração de milhares de camponeses para a Amazônia, oferecendo-lhes lotes de 100 hectares, por família, de terras situadas nas margens dos 2.000 km de extensão da Transamazônica⁵. Sob o lema de *Terra sem Homem para Homens sem Terra*, a meta inicial era assentar 100 mil famílias de colonos entre 1971 e 1974 em lotes de 100 hectares cada ao longo da rodovia e um total de 500 mil famílias até 1980. Os projetos de colonização foram paralisados após assumir a Presidência da República o general Ernesto Geisel (1974-1979), sem nunca ter alcançado as metas previstas pelo Governo Federal, nem tampouco as expectativas das famílias que abandonaram suas terras em outros estados pelas promessas do governo de terra e lucros na Amazônia. Entretanto, esse curto período de tempo favoreceu, sem qualquer ajuda oficial, a migração de milhares de camponeses e trabalhadores para essa parte do território nacional. Parte dessas famílias acabaram ocupando, como posseiros, inúmeros hectares de terra, especialmente no sul e no sudeste do Pará.

⁴ A Amazônia Legal compreende todos os estados da Região Norte, o estado do Mato Grosso e oeste do Estado do Maranhão.

⁵ A Transamazônica começa no Piauí, exatamente no município de Picos, onde se interliga com a rede Rodoviária Nordestina, e finaliza nas fronteiras com o Peru e a Bolívia, cortando as rodovias Cuiabá-Santarém e Porto Velho-Manaus atravessando, entre outros, os municípios paraenses de Marabá e Altamira.

Incentivos fiscais para a ampliação dos latifúndios

A política de incentivos fiscais⁶ foi aprovada durante o governo de João Goulart, exatamente em 1963, mas somente no ano seguinte, já instaurado o regime autoritário-militar que os primeiros projetos começariam a ser instalados. Num primeiro momento, os incentivos fiscais foram destinados a estimular as atividades industriais na Amazônia Legal, especialmente na área metropolitana de Belém, sendo os principais beneficiários os empresários locais. Em outubro de 1966, o Governo Federal reformulou a política de incentivos fiscais com o intuito de estender esses benefícios a projetos agropecuários.

A maioria dos incentivos fiscais concedidos a projetos agropecuários beneficiaram grandes proprietários de terra e empresas agroindustriais de outras regiões do país, contudo parte dos mesmos foi utilizada também por latifundiários da Amazônia para incrementar o número de suas propriedades rurais ou ‘modernizar’ outras. Por exemplo, as famílias oligárquicas que controlavam a produção de castanha-do-pará no Sudeste do Pará, intensificaram com ajuda oficial, sobretudo a partir de meados dos anos 1970, o desmatamento de áreas de castanhais para o plantio de pastos para a criação de gado bovino, tentando, assim, garantir a posse definitiva dessas terras ao converterem os antigos aforamentos em títulos definitivos.

Até 1981, segundo dados da SUDAM, 602 projetos (346 agropecuários, 191 industriais e 65 projetos diversos) tinham sido aprovados para serem contemplados pelos benefícios oferecidos pela lei de incentivos fiscais na Amazônia Legal (SUDAM, 1982: 510). Em 1980, conforme os dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), no sul e sudeste do Pará existiam 59 projetos agropecuários aprovados pela SUDAM (PINTO, 1982). Esses projetos agropecuários pertenciam a diferentes tipos de empreendimento: a) os que desempenhavam as suas atividades nas *áreas financeira* (por exemplo, Bamerindus, Bradesco, Banco Mercantil); b) *industrial* (por exemplo, Óleos Pacaembu, Volkswagen); c) *construção* (por exemplo, Encol, Andrade Gutierrez); d) *extração de castanha-do-pará* (por exemplo, Companhia Industrial do Brasil – CIB, Jorge Mutran Exportação e Importação Ltda.); e) *empresas familiares* que possuíam grandes

⁶ Imposto de renda não pago à Receita Federal com a condição de que parte do seu montante fosse investido em projetos econômicos na Amazônia Legal.

extensões de terras. Os Quagliato, por exemplo, detinham, no sul do Pará, 160 mil hectares de terras; os Lanari do Val, 348 mil; e os Mutran, mais de 130 mil (SILVA, 2009; BRETON, 2002).

Em 1960, existiam no Pará 33 estabelecimentos rurais com mais de 10.000 hectares. Vinte anos depois, já eram 199, ocupando 35,7% das áreas agrícolas cadastradas, enquanto 1,5% das terras agrícolas repartiam-se entre 81.048 camponeses com propriedades de menos de 10 ha (LOUREIRO, 1989: 49). Dados levantados por Alfredo Wagner de Almeida, a partir das estatísticas cadastrais do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), mostraram que, em 1985, já eram 451 os imóveis rurais com área igual ou superior a 10 mil hectares no Pará (ALMEIDA, 1994: 225).

A extremada concentração da propriedade da terra existente no sul e sudeste do Pará obrigou as centenas de famílias camponesas que chegaram atraídas pelas políticas de desenvolvimento do Governo Federal e pela propaganda de terra e lucro fácil na Amazônia a ocupar, como posseiros, áreas formalmente reservadas à coleta de castanha e/ou a fazendas agropecuárias. Em Marabá, por exemplo, 84% da área rural cadastrada estava, em 1980, nas mãos de 221 estabelecimentos com área superior a 1.000 hectares (PEIXOTO, 1991: 145-146). As oito propriedades *excepcionalmente grandes* (maiores de 10 mil ha), que existiam em 1985 no atual território do município de Marabá (15.157 km²), reuniam um total de 185.806 hectares, e 405.120 ha eram ocupados pelas 142 propriedades *muito grandes* (1.000 a 10.000 ha). As propriedades excepcionalmente grandes e as muito grandes concentravam 70% das terras rurais (842.294 ha)⁷.

Pelos rios e as estradas paraenses

No sul e no sudeste do Pará grande parte da população habitava as áreas próximas dos rios. Ali, em diferentes formas, combinavam a sua roça e a criação (porco, galinha, gado, animais silvestres) com a pesca, a caça e o extrativismo vegetal (castanha-do-pará, açaí, bacaba, cupuaçu, palmito). Caçavam para o sustento e para negociar as peles no comércio. Caçavam além do veado, capivara e paca, gatos jaguatirica, onças, caititus. Com

⁷ Marabá foi um dos lugares estratégicos das Forças Armadas no combate aos militantes do Partido Comunista do Brasil (PC do B), no episódio que ficou conhecido como Guerrilha do Araguaia (1972-1974).

base em uma tecnologia simples, o trabalhador fazia a sua roça. Roçava e derrubava a floresta ou a capoeira, queimava e plantava a semente. Sempre trocava de lugar enquanto o antigo roçado ficava em pousio para novamente poder plantar. Não se cercava a terra, mas a roça. A cerca era feita de madeira para impedir que alguns animais (cavalo, jumento, vacas) entrassem.

Praticamente não existiam ‘donos de terra’. Aqui e acolá, às vezes, apareciam uns mais abastados que constituíam latifúndios. A divisa não era a cerca, mas rios, serras e igarapés. “Até no rio tal é de fulano. Até no igarapé tal é de sicrano. Até na serra tal é de beltrano”. Eram constituídos os ‘centros’, pequenos aglomerados de famílias que, muitas vezes, possuíam laços de parentescos ou eram migrantes que procediam de uma mesma região. Esses centros, embora não se localizassem ‘na beira’, não eram distantes dos rios. Morava-se ‘na beira’ (dos rios) e trabalhava-se nos ‘centros’ (da mata).

Vilas, povoados e cidades surgiam nas margens dos rios, como foi o caso de Santa Cruz, Santa Isabel, Apinagés, Conceição do Araguaia, Marabá, São Geraldo do Araguaia e Tucuruí. Eram os rios que definiam o ritmo econômico e social dessa parte do território amazônico. O cotidiano de homens e mulheres quase sempre era determinado pelas águas. Elas possibilitavam o trabalho, a alimentação, o lazer, mas também os caminhos. Os rios Araguaia e Tocantins eram os principais meios de comunicação entre as cidades de Marabá e Conceição do Araguaia até a capital do Pará (Belém) e Imperatriz, no Maranhão. As transações comerciais entre estas localidades, normalmente, eram efetivadas por embarcações a remo ou a motor.

Desde finais dos anos de 1960 essa configuração passou a mudar. As águas deixaram de ser preponderantes como vias de comunicação sendo progressivamente suplantadas pelas estradas. As aberturas das rodovias PA-70 (hoje BR-222), no final da década de 1960, e da Transamazônica (BR-230) e da PA-150, no início da década seguinte, permitiram ligar e integrar o Norte ao Centro-Sul do país por meio rodoviário. Essas estradas passaram, aos poucos, a mudar o ritmo do lugar, impondo outras formas de trabalho, de relações, de sociabilidades e de vivências.



O caminhão, o automóvel e o ônibus transportavam mercadorias, correspondências, pessoas e novos hábitos. Chegavam não só passageiros, mas também caminhões de mercadorias do Centro-Sul que na volta levavam tábuas de mognos explorados nas matas por madeireiros de diversos lugares, especialmente aqueles de São Paulo, de Minas Gerais e do Paraná, que tinham um montante de capital investido na exploração da madeira. Revendedores de confecções, de tecidos e de artigos de luxo (joias, relógios, etc.), entre outros, faziam agora o caminho mais rápido. Se antes compradores de arroz do Sudeste

dependiam da intermediação de beneficiadores e comerciantes de Imperatriz, agora podiam negociar diretamente com o produtor de Marabá e Conceição do Araguaia.

Essa interligação do Norte com o Centro-Sul e com o Nordeste por meio rodoviário, mas também, e, sobretudo, por meio da política econômica e desenvolvimentista do Governo Federal de ocupação dos “espaços vazios” mobilizou muitos empresários e migrantes pobres rumo à Amazônia em busca de terra, trabalho e de lucro (MARTINS, 1993; GUIMARÃES NETO, 2005).

Procurando terras para plantar...

Trabalhadores rurais pobres, vaqueiros, garimpeiros destituídos de seus bens de produção no Nordeste, no Centro-Oeste e no Sudeste do país, passaram a chegar a essa parte da Amazônia em busca da terra somando-se às famílias que ali se encontravam. Vieram também atraídos pelas políticas de desenvolvimento do Governo Federal e pela propaganda de terra e lucro fácil na Amazônia. Os municípios de Marabá, Itupiranga, São João do Araguaia, Tucuruí e Jacundá, por exemplo, saíram de 57.510 habitantes, em 1970, para 187.336, em 1980. Os municípios de Conceição do Araguaia, Santana do Araguaia e São Felix do Xingu, mais ao sul do estado, em 1970 somavam 40.370 habitantes, passando para 130.029, em 1980 (IBGE, 1973 e 1983).

Foi nesse período que as terras devolutas que ainda restavam foram paulatinamente ocupadas por grandes proprietários. Mas inúmeros imóveis com títulos definitivos ou de aforamentos que pertenciam a grandes grupos econômicos do Centro-Sul do Brasil passaram a ser ocupados por migrantes que chegavam pelas rodovias. Ou seja, famílias de trabalhadores rurais que chegavam de diversas partes do Brasil passaram a ocupar também grandes propriedades improdutivas da região. Por exemplo, ao longo da recém-construída rodovia PA-150, que liga Conceição do Araguaia a Belém, passando pela cidade de Marabá, milhares de famílias empobrecidas que chegaram em busca da terra e de emprego e se aglomeravam em vilas e povoados, não tardaram a ocupar inúmeros imóveis com títulos definitivos ou de aforamentos e tentaram reivindicar, com base no Estatuto da Terra (Lei nº 4.504, de 30/11/1964), a sua desapropriação.

Ao analisar uma série de documentos do arquivo da Comissão Pastoral da Terra (CPT), constatamos que no período compreendido entre 1975 e 1990, 211 propriedades com títulos definitivos ou de aforamento foram ocupadas por trabalhadores rurais em onze municípios localizados no sul do Pará, como foi o caso das fazendas Canaã, Tupaciretã, Vale da Serra, Jocon/Três Irmãos, Agropecus, Batente, Pecosa, Bela Vista, Colônia Verde Brasileira, entre outras. Essas ocupações de terra não aconteciam de maneira organizada como as promovidas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) em algumas regiões do Brasil. Ou seja, motivados pela necessidade imediata de sobrevivência, estes trabalhadores rurais formavam pequenos grupos, entravam numa área e, aos poucos, demarcavam os seus lotes no interior das matas. A iniciativa de cada ocupação partia sempre dos interessados e não de uma coordenação centralizada de um partido político ou de qualquer instituição civil ou religiosa. Contudo, não se tratava de um movimento aleatório e desorganizado ou mesmo constituído por pessoas desinformadas que vagavam acidentalmente em busca da terra.

Conflitos pela terra no sul e sudeste do Pará

Até finais da década de 1970, a maioria dos conflitos agrários no Brasil se concentravam nas regiões Sul, Sudeste e Nordeste. A partir de então, a maioria dos conflitos ocorreu na Amazônia Legal, sobretudo no Estado do Pará. Segundo dados do Instituto de Desenvolvimento Econômico-Social do Pará (IDESP), do total de 630 conflitos agrários ocorridos no sul e sudeste do Pará, de 1960 até 1993, três ocorreram na década de 1960; 37, na de 1970; 422, nos anos 1980; e 168, de 1990 a 1993. Os municípios com maior número de conflitos, nesse período, foram Marabá (101), Conceição do Araguaia (71) e Xinguara (60) (IDESP, 1989: 43-58; 1990: 57).

Os principais protagonistas das disputas por terra em áreas devolutas, imóveis com títulos definitivos ou de aforamento no sul e sudeste do Pará, foram os camponeses locais e os que chegaram de outros estados do país, as velhas oligarquias e os novos latifundiários, garimpeiros, madeireiros, mineradoras e povos indígenas. Contudo, não podemos deixar de destacar o envolvimento nos conflitos agrários de algumas instituições do Estado, como o Instituto de Terras do Pará (ITERPA), o Grupo Executivo de Terras do Araguaia e

Tocantins (GETAT), o INCRA, a Polícia Militar (PM), a Polícia Civil, a Polícia Federal e juízes de direito das comarcas locais; além de milícias privadas e matadores de aluguel (pistoleiros).

Trabalhadores rurais, que passaram a ocupar grandes imóveis improdutivos ou mesmo áreas de terras devolutas, foram violentamente reprimidos e algumas áreas de conflitos passaram a ser identificadas como possíveis ‘focos guerrilheiros’. Em 1979, a Comissão Pastoral da Terra denunciava a formação de milícias armadas para expulsar a 4.450 famílias de posseiros de 25 áreas localizadas no município de Conceição do Araguaia. Em Floresta do Araguaia, 3.000 famílias viviam em clima de tensão permanente depois que o Governo do Pará e a SUDAM decidiram diminuir a área destinada aos colonos como meio de atender a interesses de proprietários da região. Em Xinguara, ainda segundo a CPT, “400 lavradores permanecem nas terras do banqueiro Flávio de Almeida Pinto, que já entrou com ação judicial contra nove lavradores”⁸.

Entre dezembro de 1979 e junho de 1980, segundo o informativo da Diocese de Marabá⁹, 720 famílias de posseiros foram expulsas ou ameaçadas de expulsão de suas terras por pistoleiros a mando de fazendeiros, algumas vezes com a participação direta da PM e de funcionários do GETAT ou do ITERPA. No dia 3 de junho de 1981, por exemplo, o executor do GETAT de Nova Jacundá (hoje cidade de Jacundá), armado com um revólver calibre 38, acompanhado pelo gerente e três pistoleiros de Onésio Guerra, humilhou e intimidou 100 posseiros nas proximidades de Arraias (Nova Jacundá). Argumentando que aquelas terras eram de Onésio Guerra exigiu que os posseiros abandonassem a área.

Funcionários do ITERPA também não deixavam por menos. Diversas são as queixas de trabalhadores rurais que dão conta da violência praticada por membros desse órgão. Funcionários foram acusados, em diversos momentos, por percorrem áreas ocupadas por posseiros em conjunto com grileiros e pistoleiros intimidando, humilhando, ameaçando e expulsando os trabalhadores. Muitas vezes essas ações eram praticadas com a anuência e participação da PM. Estamos assim diante do que poderíamos chamar de uma expansão da privatização dos espaços públicos. Ou seja, práticas que revelam o apoio de instituições públicas na Amazônia em favor dos interesses dos grandes proprietários de terra.

⁸ *O Liberal*. “CPT prevê conflito armado em Conceição do Araguaia”. Belém, 03/10/1979.

⁹ *O Grito da PA-150*. “Companheiros, 25 de julho é dia da classe camponesa. Em marcha pela reforma agrária”. Ano I, nº 2. Diocese de Marabá, junho de 1980.

Conflitos de Terra: Brasil-Pará 1980-2013

	Brasil	Brasil	Pará	Pará
	Nº Conflitos	Nº Pessoas envolvidas	Nº Conflitos	Nº Pessoas envolvidas
1985-1989	2.982	2.263.347	682	297.617
1990-1994	1.885	1.077.706	229	124.407
1995-1998	2.503	1.939.643	198	154.597
1999-2002	2.858	1.819.970	295	279.635
2003-2006	4.449	3.423.060	392	289.085
2007-2010	2.240	1.733.450	405	234.665
2011-2013	2.384	1.354.315	257	155.050
Total	19.301	13.611.491	2.458	1.535.056

Fonte: CPT, *Conflitos no Campo, 1985-2013*; CPT, *Balço da violência no campo, 1985*; CPT, *Relatório de Conflitos, 1987-1988*.

A sonhada e frustrada reforma agrária da Nova República

No dia 15 de janeiro de 1985, os integrantes do Colégio Eleitoral votaram majoritariamente a favor da chapa do PMDB formada por Tancredo Neves e José Sarney. Com a morte de Tancredo, porém, quem assumiria o cargo de presidente não seria nenhum opositor à ditadura, mas José Sarney, ex-governador do Maranhão pela Arena e ex-presidente do Partido Democrático Social (PDS). Nascia assim a *Nova República*, marcada pela influência no Congresso Nacional e no Governo Federal de políticos que colaboraram com o regime autoritário-militar. O processo de consolidação do regime democrático apenas concluiria, formalmente, após ser aprovada a nova Constituição (1988) e realizadas as primeiras eleições diretas (sufrágio universal) para presidente da República (1999).

No IV Congresso da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), realizado em 26 de maio de 1985, o presidente da República, José Sarney, comprometeu-se, diante de mais de cinco mil trabalhadores rurais, a iniciar a esperada reforma agrária. Após ser divulgada a proposta do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), os fazendeiros intensificaram a luta contra a reforma agrária. Para alguns deles, o PNRA se inseria “*nos mesmos quadros marxistas e socializantes do regime comunista sandinista da Nicarágua*”¹⁰.

Diante de tal situação, os proprietários rurais entendiam que nada mais obvio do que

¹⁰ *O Estado de São Paulo*. “Reforma agrária”. São Paulo, 12/07/1985.

o combate, a qualquer custo, pela manutenção de suas propriedades. Em dezembro de 1985, o *Jornal do Brasil* publicou uma matéria dando conta da existência de milícias armadas nas fazendas do sul e sudeste do Pará, algumas com mais de 40 homens armados com carabinas de repetição. O mesmo jornal informava que na fazenda de Sebastião das Neves havia “*uma metralhadora ponto 50, armada na traseira de um jipe*”, e que todos os fazendeiros estavam se armando “*para corrigir o que os proprietários consideravam um descaso total da justiça*”¹¹.

As ações dos trabalhadores rurais pela posse da terra no sul e sudeste do Pará eram interpretadas por alguns proprietários rurais e autoridades civis e militares como atos subversivos liderados pelos comunistas. Assim, a retórica anticomunista que se fazia presente, nessa parte do território amazônico, desde meados da década de 1970, tomou nova amplitude ante a inquietação dos empresários e proprietários rurais em torno do debate sobre a reforma agrária na Constituinte e a crescente onda de ocupações de terra por todo o país.

Foi neste contexto que os principais jornais paraenses passaram a divulgar os discursos dos grandes proprietários de terra que tentavam associar as lutas dos posseiros a supostas ações guerrilheiras ou subversivas. Em junho de 1985, o jornal *O Liberal*, da capital paraense, divulgou informações que um grupo de fazendeiros do sul e sudeste do Pará havia encaminhado uma carta ao Ministro da Agricultura solicitando providências para conter os posseiros e barrar o projeto de reforma agrária, pois, “*se providências urgentes não forem tomadas e o governo insistir em manter seu projeto de reforma agrária muito sangue vai correr na região*”. Ainda, segundo a mesma fonte, fazendeiros afirmavam que “*a guerrilha está montada na região e não poderão ficar imobilizados diante da ação dos agricultores sem terra*”¹².

No dia seguinte, o deputado estadual Aziz Mutran (PDS), dono de diversas fazendas de castanha e de gado bovino em São Geraldo do Araguaia e Marabá, usou a tribuna da Assembleia Legislativa para falar da existência de invasões generalizadas de terras em Marabá, como evidente “*demonstração do ressurgimento de guerrilhas armadas*”¹³. Segundo o deputado essas guerrilhas estariam sendo organizadas por migrantes do sul do

¹¹ *Jornal do Brasil*. Fazendeiros se armam contra invasão. Rio de Janeiro, 12/08/1985.

¹² *O Liberal*. “Fazendeiros do Araguaia ameaça com sangue a feitura da reforma”. Belém, 18/06/1985.

¹³ *Província do Pará*. “Bagunça total”. Belém, 19/06/1985.

país. Três dias depois, o jornal *A Província* veiculou uma matéria intitulada “Guerrilha”, na qual o Delegado da Polícia Federal de Marabá, Nilton José Cavalcante Gonçalves, afirmava que existia em Marabá um grupo armado sob o comando da sobrinha de Dom Alano Maria Pena, bispo da Diocese de Marabá, que coordenava as ocupações das propriedades rurais no sul e sudeste do Pará. Segundo o jornal, o delegado teria assegurado “*é só ir na mata para fotografar. Ela tem uns 90 homens, mas isso é um problema para a Polícia Civil e não da Polícia Federal*”¹⁴.

Posicionamentos radicalmente contrários à reforma agrária surgiram no Congresso dos Proprietários de Terra, realizado em Brasília, um mês após o lançamento do PNRA. Nesse congresso além de criticar o projeto do governo federal e foi também criada a União Democrática Ruralista (UDR), organização que não se limitou a defender suas teses apenas entre os parlamentares e meios de comunicação de massa, mas converteu-se na principal instigadora da violência contra os trabalhadores rurais e suas lideranças. Em 1987, segundo dados da própria UDR, a entidade tinha 200 organizações distribuídas por 19 estados, somando 230 mil sócios e 60 deputados federais constituintes favoráveis aos seus interesses.

Os interesses dos grandes proprietários de terra contra a reforma agrária, contando com o apoio de setores militares, deputados e senadores e por diversos jornais de circulação nacional, se manifestaram também por dentro dos meandros do aparato de governo da Nova República tão logo o PNRA foi lançado. Segundo Alfredo Wagner de Almeida, os segmentos da burocracia estatal do regime militar-civil, de 1964 a 1984, que haviam conduzido as ações fundiárias no Brasil, foram sendo realocados no governo de José Sarney, urdindo ações contrárias à proposta de reforma agrária encetada pelo MIRAD (ALMEIDA, 1993), especialmente contra a tese que defendia a desapropriação de grandes imóveis rurais como interesse social para fins de reforma agrária.

Em 1985, o Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário (MIRAD) calculou em 12 milhões o número de lavradores sem terra e em 170 milhões de hectares as terras ocupadas por latifúndios improdutivos (HÉBETTE, 1989: 125). No esboço do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), a proposta era assentar 300 mil famílias por ano no decênio 1985-1995. Depois de ser modificado doze vezes, o projeto foi finalmente

¹⁴ *Província do Pará*. “Guerrilha”. Belém, 22/06/1985.

apresentado no dia 19 de outubro de 1985. O objetivo tornara-se então assentar a 110 mil famílias nos quatro milhões 620 mil hectares a serem desapropriados até o final daquele ano e no seguinte. Contudo:

Em janeiro de 1987 haviam sido desapropriadas, por decreto, 256 áreas, correspondendo a 1 558 949 ha (...). Mas, na realidade, só tinha havido emissão de posse para 101 áreas que cobriam cerca de 521 000 hectares de terras já habitadas por lavradores. E só foram assentadas, aproximadamente, 10 mil famílias (...). Além desses resultados medíocres, a Reforma Agrária foi enterrada de vez com o Decreto 2.363, de novembro de 1987¹⁵, que, além de extinguir o INCRA (...) acabou com qualquer esperança de se realizar a reforma agrária neste país (GANZER&VENCESLAU, 1988: 14).

Violência contra os trabalhadores rurais

Entre 1971 a 2004, segundo dados da CPT, 774 trabalhadores rurais foram assassinados em razão das disputas pela terra no Pará. Destes, 574 foram no sul e sudeste do estado, especialmente nas microrregiões do Araguaia, Guajarina e Marabá. Em 1991, o padre Ricardo Rezende Figueira informava que das 1.603 mortes de trabalhadores rurais e de líderes sindicais, políticos e religiosos ocorridas no Brasil, entre 1964 e 1990, 503 haviam acontecido nos municípios paraenses¹⁶. Também em represália à luta que empreendiam em favor dos trabalhadores rurais, foram assassinados duas das principais lideranças políticas da esquerda paraense, os deputados estaduais Paulo Fontelles (PCdoB), em junho de 1987, e João Carlos Batista (PSB), em dezembro de 1988.

O maior número de assassinatos de trabalhadores rurais, religiosos e advogados registrados no sul e sudeste paraense, ocorreu na década de 1980, que acumulou uma cifra de 349 mortes. Os anos compreendidos entre 1983 e 1987 foram os mais violentos da década. No total foram 245 assassinatos, com destaque para o ano de 1985, que contabilizou 108 mortes (CPT, 1996).

Entre 1985 a 1989, período da Nova República, 191 trabalhadores rurais foram assassinados em Xinguara, Conceição do Araguaia, Marabá, Redenção, São João do Araguaia e Rio Maria. Eram nesses municípios que estavam localizados os maiores imóveis

¹⁵ O Decreto-lei nº 2.363 que extinguiu o INCRA foi assinado no dia 21 de outubro de 1987 (ALMEIDA, 1994: 117).

¹⁶ *O Liberal*, “Crime no campo só condenou um no Pará”. Belém, 18/02/91.

destinados à criação de gado bovino e à exploração da castanha-do-pará. Alguns desses imóveis rurais pertenciam a empresários rurais do Centro-Sul do País, especialmente de São Paulo, Paraná e Minas Gerais, de onde partiu a reação patronal rural contra a proposta do PNRA (BRUNO, 2002). Além de serem membros efetivos da UDR do sul e sudeste do Pará, alguns eram diretores da UDR Nacional e em seus estado de origem.

Assassinatos em decorrência dos conflitos agrários: 1971-2013

Período	Brasil	Pará	Sul/Sudeste do Pará
1971-1974	92	29	--
1975-1979	237	45	--
1980-1984	499	100	--
1985-1989	641	361	244
1990-1994	231	70	54
1995-1998	219	90	84
1999-2002	120	45	33
2003-2006	189	88	59
2007-2010	115	45	29
2011-2013	99	24	12
Total	2.442	897	515

Fonte: IDESP, *Pará Agrário*, nº 6-7; CPT, *Conflitos no Campo*, 1985-2013; CPT, *Balanço da violência no campo*, 1985; CPT, *Assassinatos no campo Brasil (1985-2010): Violência e Impunidade*, 2010.

Os proprietários rurais e seus pistoleiros não foram os únicos responsáveis diretos pelos assassinados no campo. Diversos policiais não só tiveram a prática de encobertar pistoleiros, mas muitas vezes eles mesmos foram os próprios pistoleiros, demonstrando tal era a íntima relação entre o setor privado e o público. Segundo a CPT, membros da polícia militar e civil foram suspeitos de serem os executores, atuando sozinhos ou em conjunto com pistoleiros, de 61 assassinatos de trabalhadores rurais no Pará, entre 1985 e 2010 (CPT, 2011). Nomes de delegados e de investigadores da Polícia Civil, de soldados da PM, de juízes e de funcionários do INCRA e do ITERPA foram, em diversos momentos, apontados pelos seus envolvimento com jagunços e grandes proprietários rurais, atuando na realização de despejos ilegais e violentos de comunidades de posseiros e de sem-terra, e em assassinatos de trabalhadores rurais. Outras vezes, têm sido acusados por serem omissos

e negligentes no registro das violências, na apuração dos crimes, na prisão e condenação dos criminosos (PEREIRA, 2013).

Essa prática pode ser percebida também quando se verifica que poucos presos e condenados pelos crimes decorrentes dos conflitos de terra ficaram na prisão. Segundo a CPT, dos 914 assassinatos de trabalhadores, advogados e agentes de pastorais envolvidos nas lutas pela terra no Pará, entre 1964 e 2010, apenas quinze casos foram a julgamentos, quando onze mandantes e treze executores foram condenados. No entanto, apenas seis acusados pelos seus envolvimento com esses crimes estão presos, sendo três em razão do assassinato da missionária Dorothy Stang (12/02/2005), em Anapu; dois em consequência do Massacre de Eldorado dos Carajás (17/04/1996), quando 19 sem terras foram mortos e 69 ficaram feridos no confronto com a PM, na rodovia PA-150; e um em virtude da chacina de oito posseiros, ocorrida em 1985, na Fazenda Ubá (CPT, 2010).

Não podemos, contudo, ver os trabalhadores rurais como passivos ou apenas como vítimas do processo. Se a luta pela terra, nessa parte do território amazônico, não nasceu como fruto de uma organização coordenada por partidos políticos ou mesmo pela Igreja católica e os conflitos eram locais e fragmentados, não quer dizer que a resistência dos trabalhadores rurais não fosse forte e efetiva. A CPT registrou a morte de 19 pistoleiros, dois fazendeiros, um gerente de fazenda e dois policiais (um soldado e um delegado), nos confrontos armados, ocorridos em 1984 e 1985, com os posseiros no sul e sudeste do Pará. Nesse mesmo período, 10 pistoleiros, três policiais militares e um fazendeiro foram feridos (CPT de Xinguara e Marabá – arquivos).

Montar trincheiras ou emboscadas para precaver ou atacar pistoleiros e da polícia eram práticas, às vezes, consideradas necessárias pelos posseiros. Na Fazenda Bela Vista, por exemplo, depois da morte, em abril de 1987, do pistoleiro Adão Barbosa, o fazendeiro contratou outros pistoleiros e contou com o apoio de uma guarnição da PM para destruir as casas e plantações, os posseiros se organizaram em quatro grupos armados, construíram trincheiras de pedras, obstruíram estradas e pontes para evitar o tráfego de pistoleiros e da polícia e passaram a dar tiros ao ermo, fazendo-se que estavam ali em condições de resistir no mesmo pé de igualdade. Segundo o jornal *O Estado de São Paulo*, a PM denunciava que na Fazenda Bela Vista os posseiros tinham construído “16 trincheiras (...), algumas com

*pedras e outras cavadas de forma a impedir o acesso de veículos que, ao cair nelas, teriam os pneus furados*¹⁷.

A atuação da Igreja Católica nos conflitos pela terra no sul/sudeste do Pará

Inicialmente, boa parte do clero brasileiro deu apoio aos setores civis e militares que articularam a deposição do presidente João Goulart, mas o incremento dos conflitos agrários, bem como a crescente violência a estes relacionada, a perseguição que sofreram membros da Igreja Católica e a continuidade da ditadura foram fatores relevantes, inseridos no processo de mudanças internas provocadas após o Concílio Vaticano II, para mudar de posição diante do autoritarismo dos governos militares.

Como uma instituição extremamente complexa, em 1964 a Igreja católica no Brasil abrigava, em seu interior, setores que expressavam posições diferentes diante da conjuntura política do país. Havia um amplo setor conservador, anticomunista, que identificava o governo Goulart como sendo pró-comunista, ou condescendente com estes, que participava ativamente das manifestações de oposição ocorridas em várias capitais do país intituladas *Marcha da Família com Deus pela Liberdade*, em consonância com a posição baseada na visão do papa Pio XI “*de que o comunismo era o mal a ser combatido, já que ele e a ação de seus partidários eram os responsáveis pelo enfraquecimento da Igreja e pelo impedimento de sua ação pastoral entre os pobres*” (IOKOI: 1996: 25).

O arcebispo de Belém, dom Alberto Gaudêncio Ramos, uma das principais lideranças morais e intelectuais dos setores conservadores paraenses, além de mostrar seu apoio irrestrito ao golpe de Estado que destituiu a João Goulart, destacou-se pelo empenho em tentar evitar a ‘infiltração comunista’ nas instituições da Igreja católica, sobretudo entre os jovens que participavam das atividades da Juventude Universitária Católica (JUC) e da Juventude Estudantil Católica (JEC). O dia 7 de abril de 1964, o jornal *A Província do Pará* informa aos seus leitores da reunião extraordinária realizada, o dia anterior, pela hierarquia do clero paraense. Nessa reunião, segundo o jornal, o arcebispo de Belém, dom Alberto Gaudêncio Ramos, falou aos presentes sobre a necessidade de mostrar “*ao povo que não necessitamos de comunistas para defendermos os seus direitos*”, e conclamou a

¹⁷ *O Estado de São Paulo*. “Até trincheira na região do Araguaia”. São Paulo, 15/09/1987.

combater a “*demagogia, a pressão do CGT e as greves e outros desmandos que eram incentivados pelo governo do sr. João Goulart*”. Anunciando que seriam adotadas, entre outras, as seguintes medidas:

- Suspender o funcionamento do Movimento de Educação de Base e da Frente Agrária Paraense.
- Limitar o funcionamento das dependências do prédio da Ação Católica somente para casos que obtiveram licença por escrito do Arcebispado ou de seus bispos auxiliares.
- Declarar suspenso “*ipso facto*” do uso das ordens o sacerdote que acolher qualquer elemento foragido ou suspeito em dependências das igrejas, sacristias, colégios católicos ou entidades arquidiocesanas e não comunicar imediatamente à autoridade eclesiástica¹⁸.

Tampouco podemos esquecer que na luta contra o comunismo e seus aliados o discurso religioso-católico era incorporado, ao repudiar o *comunismo ateu e tirânico*¹⁹, por diferentes setores da sociedade civil e das Forças Armadas, para justificar a necessidade de perseguir e afastar aos populistas radicais e militantes dos partidos de esquerda (legais e ilegais) das instituições estatais (executivo, legislativo e judiciário).

A repressão sofrida pelos opositores ao regime estendeu-se também a membros da Igreja católica. Entre 1968 e 1978, 7 religiosos foram assassinados e detidos e encarcerados outros 115. Também foram presos 273 católicos que participavam de diferentes entidades da Igreja, a maioria deles trabalhadores rurais (MARTINS, 1984: 49). As torturas, prisões e assassinatos fizeram com que os setores progressistas da Igreja, embora numericamente minoritários, se tornassem politicamente hegemônicos em relação aos conservadores, principalmente a partir das novas linhas de atuação adotadas após o Concílio Vaticano II que resultaram em mudanças importantes no interior da Igreja brasileira, especialmente desde inícios dos anos 1970. Contudo, a cúpula da Igreja no Brasil apenas se manifestou publicamente contra o regime autoritário-militar na Assembleia Geral da CNBB realizada em junho de 1968, às vésperas da Conferência de Medellín:

O pronunciamento da assembleia foi cauteloso e moderado, mas continha as sementes das críticas mais enérgicas que a CNBB publicaria alguns anos depois (...). Os bispos criticaram a violência da extrema esquerda, mas também protestaram contra a violação dos direitos humanos (MAINWARING, 1989: 131).

¹⁸ *A Província do Pará*. “Importante reunião do clero. Arcebispo mostra a posição da Igreja face à atual situação do Brasil”. Belém, 07/04/1964.

¹⁹ *Folha do Norte*. “Manifesto ao Povo do Pará”. Belém, 02/04/1964.

O Concílio Vaticano II (1962-1965), convocado pelo Papa João XXIII e concluído durante o papado de Paulo VI, ainda que mantivesse uma linha moderada em seus textos oficiais, possibilitou algumas mudanças no interior da Igreja que acabaram por reforçar os setores progressistas em seu empenho de aproximar a instituição às demandas populares, especialmente através da atuação política e pastoral das Comunidades Eclesiais de Base (CEB's), do Movimento de Educação de Base (MEB), da Pastoral Operária e da CPT. A influência dessa nova tendência da Igreja pode ser observada quando analisamos uma série de documentos produzidos pelo clero católico desde inícios dos anos 1970.

A carta pastoral de dom Pedro Casaldáliga, bispo de São Felix do Araguaia (Mato Grosso), *Uma Igreja na Amazônia em luta contra o latifúndio e a marginalização social*, feita pública em 1971, foi o documento mais crítico até então elaborado pela Igreja católica, posicionando-se contra a política agrícola do regime militar e a violência cometida contra os trabalhadores rurais pelos latifundiários, com a conivência ou participação direta dos aparelhos repressivos do Estado.

O documento *A Marginalização de um Povo*, assinado, em 1973, pelos bispos do Centro-Oeste, analisando a política do Governo Federal para o setor rural fazia veementes críticas à política de incentivos fiscais concedida pelo governo para a aquisição de terras públicas. Para os bispos que subscreveram esse texto, a política de incentivos fiscais favorecia a aquisição de terras na Amazônia Legal por grandes empresas do Centro-Sul do país, pois elas podiam “*aplicar a metade do imposto de renda em empresas, industriais ou não, que favoreçam o desenvolvimento de regiões de menor progresso*”. Além disso, afirma o documento, há outra forma de financiamento, através dos bancos, que exigem algum tipo de garantia, ou seja, quem não tem o título de propriedade não recebe o financiamento: “*Podemos então concluir que essa política é feita para favorecer mesmo os que não precisam, os que já são donos de outras propriedades*”.

Ao dividir a sociedade em “*duas classes de gente: os grandes proprietários de um lado, os trabalhadores rurais junto com os pequenos proprietários do outro*”, o documento *A Marginalização de um Povo* entra na questão da propriedade e do sentido do uso da terra para os ‘grandes’ e ‘pequenos’. Aqueles, identificados como ‘patrões’, gente com “*amigos nos bancos e associações de crédito*”. Os últimos, como ‘empregados’, que só têm “*os*

braços para trabalhar”, que se “*constituem como classe pela pobreza, por ser seu trabalho quase escravo*” (CNBB, 1973: 7-9).

Outro importante documento foi assinado, também em 1973, pelos bispos da Região Nordeste, entre os quais Hélder Câmara, Antônio Batista Fragoso e José Maria Pires, intitulado *Ouvi os clamores do meu povo*. Vejamos, a seguir, um pequeno trecho desse documento que expressa a radicalidade do pensamento de parte do clero brasileiro à época:

As estruturas econômica e social em vigor no Brasil são edificadas sobre a opressão e a injustiça que provêm de uma situação de capitalismo dependente dos grandes centros internacionais (...). A injustiça gerada nesta situação tem seu fundamento nas relações capitalistas de produção, que dão obrigatoriamente origem a uma sociedade de classes, marcada pela discriminação. A classe dominada não tem outra saída senão através de longa e difícil caminhada, já em curso, em favor da propriedade social dos meios de produção. Este é o fundamento principal do gigantesco processo histórico para a transformação global da atual sociedade, numa sociedade nova, onde seja possível criar condições objetivas para os oprimidos recuperarem sua humanidade despojada, lançarem por terra os grilhões de seus sofrimentos, vencerem o antagonismo de classes, conquistarem, por fim, a liberdade (LIMA, 1979).

Certamente, muita coisa precisou ser mudada na Igreja católica brasileira para que, em poucos anos, ela passasse do apoio ao golpe militar-civil a se transformar na principal instituição “*com suficiente autonomia política para criticar ao regime autoritário e para defender os direitos humanos*” (MAINWARING, 1989: 9). Segundo Michael Löwy, uma linha tênue passa a separar os cristãos a determinados aspectos do marxismo, acabando por aproximar cada vez mais os religiosos dos problemas sociais. Löwy chama o conjunto de formulações, textos, organizações e ações dos religiosos de *Cristianismo de Libertação*. Chama atenção para o fato que tal integração de cristãos com o marxismo foi ‘seletiva’, na medida em que “*são rejeitados elementos como ateísmo e assimilados outros como a crítica ao capitalismo e ao poder das classes dominantes, além da defesa da autoemancipação dos explorados*”. O autor reforça seu argumento ao afirmar que “*a descoberta do marxismo pela esquerda cristã não foi um processo puramente intelectual ou universitário. Seu ponto de partida foi um fato social e evidente da realidade brasileira: a fome*”. Portanto, para o autor, essa escolha se dá porque “*o marxismo parecia oferecer a explicação mais sistemática, coerente e global das causas dessa pobreza e, ao mesmo tempo, uma proposta radical para sua superação*” (LÖWY, 2007: 412-413).

A Comissão Pastoral da Terra no sul e sudeste do Pará

Nesse contexto, marcado pelo autoritarismo e pelo processo de privatização das terras por empresas e particulares, que agentes de pastorais leigos e religiosos vinculados ao MEB e às CEBs irão estreitar os laços com os camponeses em luta pela terra no sul e sudeste do Pará. O clero católico, por sua vez, irá consolidar sua posição de apoio aos camponeses com a criação da Comissão Pastoral da Terra (CPT) em 1975. Formalmente, a criação da CPT foi feita a partir do encontro de Bispos da Amazônia para discutir questões relacionadas à terra e às migrações crescentes na região. Segundo Antônio Carlos Moura, a preocupação residia nos conflitos provocados pela

(...) expansão do latifúndio, que expulsava posseiros e desmatava áreas imensas, a escravização de peões nas fazendas, a ineficiência ou cumplicidade do INCRA nos casos de pressões dos grandes empresários e grileiros, além da omissão das autoridades, sobretudo judiciárias, diante das violências de jagunços e policiais²⁰.

A CPT passou a atuar no apoio aos posseiros ameaçados de expulsão de suas terras e também na organização política dos trabalhadores quando estes disputavam o controle do Sindicato de Trabalhadores Rurais (STRs). Vale ressaltar que até inícios dos anos 1980 a maioria dos STRs do sul e sudeste do Pará eram controlados por “pelegos” ou sofreram intervenção federal, como foi o caso do STR de Conceição do Araguaia, cujo presidente, era Bertoldo Siqueira Lira, oficial do Exército colocado no cargo pela Delegacia Regional do Trabalho (DRT) com o apoio do Major Sebastião Rodrigues Moura, o Curió, um dos responsáveis pela repressão à Guerrilha do Araguaia.

Esse engajamento de cristãos ao lado dos camponeses em luta pela terra não agradou os fazendeiros e aos agentes do Estado nos municípios do sul e sudeste paraense. Por diversas vezes foram acusados como responsáveis pelas invasões de terras e de incitação ao crime. Para o dirigente do Sindicato dos Proprietários de Castanhais e de Fazendas de Marabá, João Anastácio Queiroz, a violência crescente por disputa pela terra no Pará seria o resultado da ação de...

(...) certa facção da Igreja que, através de seus agentes de nacionalidade estrangeira, pertencentes à CPT, estão invadindo invariavelmente à frente, promovendo e organizando reuniões, nas quais são incentivadas tais ações

²⁰ *A Província do Pará*. “Agente vermelha chegou presa e escoltada, ontem, a Belém”. Belém, 16/04/1964.

e, quando se concretizam, dão a cobertura através da imprensa e assessoria jurídica²¹.

Para o fazendeiro Anastácio Queiroz existiam duas alternativas para enfrentar o problema. A primeira, através das autoridades civis e militares, no sentido de que “*tomem providências enérgicas, que não tema a reação desta facção da Igreja, enquanto é tempo, eliminando pela raiz este movimento radical*”²². A segunda, caso o Estado não consiga agir de forma ‘enérgica’ e as terras continuem a serem “*invadidas indiscriminadamente*”, os fazendeiros criarão “*uma guarda particular para se proteger das invasões orquestradas pela CPT*”²³.

Outro fazendeiro, Enoque Mota, se perguntava se o papel da Igreja era debater terra ou o Evangelho: “*Padre pode entender muito de Evangelho, mas não de problema fundiário. Ele não pode usar o nome do Papa e da Igreja para tomar a terra de seus donos*”²⁴. Parecido raciocínio encontramos nas palavras do fazendeiro Leofrídio de Oliveira. Segundo ele, “*... os pais não estão querendo mais mandar seus filhos à escola mantida pelos padres, porque, ao invés do ABC, as crianças estão aprendendo a como invadir terras. Nessas aulas, os padres e freiras só falam nisso*”²⁵.

Mandos da Polícia Militar do Pará também divulgavam a tese do caráter subversivo da luta dos camponeses por terra. Por exemplo, o comandante da PM, Carlos Alberto Moreira, ao se referir ao conflito ocorrido, em outubro de 1976, na localidade de Perdidos, no município de Conceição do Araguaia, no qual morreram dois policiais militares e deixou outros tantos policiais e camponeses feridos, deveria ser compreendido, segundo o comandante, pela “*existência de subversivos, incitando posseiros a uma luta armada contra os soldados (...) que ali se encontravam em missão pacífica*”²⁶. A repressão que seguiu ao conflito resultou na prisão e tortura de mais de 40 camponeses (PESSÔA, 2012).

Para Carlos Peixoto, 1º Promotor da capital (Belém) que esteve à frente da acusação no “Caso Perdidos”, o clero tinha íntima ligação com o crime cometido contra os policiais, “*inegável dizer que ela está minada de ideário comunista por alguns de seus membros (...)*

²¹ *O Estado do Pará*. Belém. “Fazendeiros reafirmam suas denúncias”. Belém. 13/09/1979.

²² *Idem*.

²³ *O Estado do Pará*. “Armas contra os posseiros”. Belém, 12/09/1979.

²⁴ *O Estado do Pará*. “Religiosos negam acusação”. Belém, 22/08/1979.

²⁵ *Idem*.

²⁶ *O Liberal*. “PM vê ação de subversivos na ação de posseiros”. Belém, outubro de 1976.

que querem paulatinamente implantar a ideologia de esquerda em nosso país". Esses religiosos, na visão do promotor, não estavam fazendo ação pastoral, pois a Igreja *"não serve para instigar pessoas ao crime, pois a ação pastoral não manda matar"*. Nessa visão, caberia aos religiosos cuidar das 'almas' e deixar *"para as "autoridades competentes"*, o papel/função de cuidar das questões que não dizem respeito à Igreja. Além disso, ao *"desvirtuar suas funções"*, os religiosos estavam *"incitando os camponeses ao crime"*²⁷.

Para o tenente Sales, da PM do Pará, a missionária Dorothy Stang e o padre Paulo Joanil eram dois subversivos que viviam estimulando os conflitos por terra na região: *"Essa freira, inclusive"*, afirmava ele, *"já esteve presa em Marabá por agitação (...). Nós não queremos que se repitam os crimes cometidos em muitas localidades, como o que ocorreu em vila Rondon, quando o fazendeiro norte-americano John Davis e seus filhos foram mortos por invasores de terras"*²⁸.

Outro caso exemplar foi o conflito do Cajueiro, em São Geraldo do Araguaia. Os quase 10 mil hectares de castanhais ocupados por mais de 90 posseiros, alguns com até 20 anos na área, tornou-se um espaço disputado por fazendeiros que pretendiam explorar a castanha-do-pará e formar pastagem para a criação de gado bovino (FIGUEIRA, 1986: 73). Depois de solicitado pelos fazendeiros, o INCRA resolveu fazer a demarcação daquelas terras, o que não foi aceito pelos posseiros. O major Curió, que conhecia muitos posseiros, como o João Matias, ex-guia do Exército durante a Guerrilha do Araguaia, pediu para que aceitassem a demarcação. A Polícia Federal e membros do GETAT, denominando 'invasores' a uma parte dos posseiros tentou expulsá-los da área. Os padres Aristides Camio e Francisco Goriou, atendendo à solicitação de um dos posseiros, no dia 8 de agosto de 1981 foram celebrar missa na área em conflito com a presença de umas 60 pessoas (CHINEM, 1983: 49).

Celebrada a missa, a diligência do GETAT, que no dia 6 de agosto estivera em São Geraldo do Araguaia, resolve reprimir os posseiros. Tocaiados, os posseiros atiraram na diligência do GETAT e da Polícia Federal, matando um pistoleiro de um dos supostos proprietários e ferindo quatro policiais federais e dois funcionários do GETAT (CHINEM, 1983: 48). Dois dias após a emboscada, uma operação envolvendo o Exército, aviões da

²⁷ Ministério Público Estadual, Promotoria de Belém, Carlos Peixoto, 24 de agosto de 1978. Arquivo Paulo Fontelles, Belém/PA.

²⁸ *O Estado do Pará*. "Padre e freira acusados de comandar invasões". Belém, 18/08/1979.

Força Área Brasileira (FAB), agentes da Polícia Federal deram início à operação para prender os posseiros.

Segundo apurou o jornalista Rivaldo Chinem, uma semana depois do conflito, 13 posseiros se entregam à Polícia Federal, ficando detidos nas dependências do prédio do GETAT em São Geraldo do Araguaia para, em seguida, serem enquadrados pela Lei de Segurança Nacional. Os agentes também prenderam, em 31 de agosto de 1981, os padres Francisco Gouriou e Aristides Camio. As razões que explicariam a prisão desses dois padres podem ser evidenciadas pelo discurso do principal articulador do golpe de Estado no Pará (1964), o ex-governador do Pará (1964-1964) e então senador Jarbas Gonçalves Passarinho, um dia antes das prisões. Para o tenente-coronel Jarbas Passarinho a Igreja católica tem “*uma nítida opção pelo socialismo*” e as comunidades de base “*insuflam a luta de classes no campo*” (FIGUEIRA, 1986: 79).

O primeiro julgamento dos presos ocorreu em Belém, na 8ª Circunscrição Militar, no dia 22 de junho de 1982. Um forte aparato de segurança foi montado. Num julgamento que durou 21 horas, o Conselho de Sentença da Auditoria Militar, sediado em Belém, condenou 12 posseiros a oito anos de prisão, João Matias, identificado como líder, a nove anos, e os Padres Francisco Gouriou e Aristides Camio, respectivamente, a 10 e 15 anos de reclusão. Todos foram condenados com base na Lei de Segurança Nacional, com o agravante, no caso dos padres, de serem estrangeiros. Nesse caso, segundo a sentença, a natureza de suas atividades no país não seria religiosa, mas política e subversiva. Os presos foram libertados no dia 17 de dezembro de 1983. Os padres, anos depois, voltaram à França, seu país de origem.

Para concluir...

Nos anos 1980, especialmente na segunda metade dessa década, ocorreram no Brasil e na Igreja católica algumas mudanças que influíram também nos setores vinculados à Teologia da Libertação. Por um lado, a continuidade do processo de liberalização política e o fim do regime autoritário-militar em 1985, com a consequente redução das tensões entre a Igreja e a cúpula das Forças Armadas, e o crescente peso político que foram adquirindo os partidos políticos, sindicatos urbanos e rurais e movimentos sociais, fizeram diminuir a

importância do papel político desempenhado pela Igreja católica nos anos anteriores. Por outro lado, os novos ares vindos do Vaticano com papa João Paulo facilitaram a ofensiva dos setores conservadores da Igreja católica e do próprio Vaticano contra a Teologia da Libertação. Exemplo paradigmático dessa ofensiva conservadora foi o fechamento, em 1989, dos dois principais centros de formação religiosa vinculados à Teologia da Libertação no Brasil: o Instituto Teológico de Recife e o Seminário Regional do Nordeste, situado em Olinda. Três anos depois, seria praticamente desmantelado o Instituto de Pastoral Regional (IPAR) de Belém, vinculado também ao setor progressista.

Essas mudanças também influíram no trabalho da CPT e de outras entidades da Igreja católica na Amazônia Legal, especialmente desde finais dos anos 1980, ainda que nunca, o setor progressista, deixou de apoiar às lutas dos trabalhadores rurais, foi diminuindo, progressivamente, seu protagonismo assumindo, cada vez mais seu papel como entidade mediadora. No sul e sudeste do Pará esse processo foi acelerado, desde início dos anos 1990, quando o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) foi alcançando, entre as diferentes organizações e sindicatos que atuam nessa região, um papel protagonista na luta contra o latifúndio e pela reforma agrária.

O início da atuação do MST ao sul e sudeste do Pará não angariou, inicialmente, muitas simpatias entre lideranças dos partidos políticos de esquerda e dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais, nem tampouco entre setores progressistas da Igreja católica. Seja como for, as práticas político-metodológicas do MST modificaram as estratégias e as táticas de luta dos trabalhadores rurais nos conflitos agrários e a maneira como os agentes das entidades de mediação e o Estado passaram a tratar a questão agrária. No dia 31 de agosto de 1989, algumas lideranças sindicais de Conceição do Araguaia simpáticas à atuação do MST, em contatos com a Coordenação Nacional do Movimento, decidiram ocupar uma fazenda denominada Mutamba, localizada no distrito de São Geraldo do Araguaia, município de Xinguara. Embora os trabalhadores tivessem tentado negociar com o INCRA a desapropriação da fazenda, a PM, sem mandado judicial, entrou na área e expulsou as trinta e três famílias acampadas.

A partir dessa ocupação, as práticas de acampamento que até então eram vistas por sindicalistas e agentes de pastorais do Pará como uma estratégia equivocada, tornou-se uma ferramenta política importante não só para o MST, mas também para alguns STRs.

Também houve, desde inícios da década de 1990, no sul e sudeste do Pará um deslocamento da luta dos trabalhadores rurais, passando do enfrentamento direto com os proprietários de terra e seus pistoleiros, para se tornar, prioritariamente, uma luta de confronto direto também com as instituições controladas pelo governo federal e o governo paraense. Tentaremos apresentar a nossa análise desse novo momento histórico da luta pela terra no Pará em futuros artigos, considerando pertinente finalizar aqui com as palavras de Leonardo Ulrich Steiner, Bispo Auxiliar de Brasília, Secretário Geral da CNBB, na apresentação, escrita em maio de 2014, do documento *CNBB, A Igreja e a questão agrária brasileira no século XXI*, através do qual os setores progressistas da Igreja católica expressam a sua vontade de seguir a sua caminhada para modificar a desigual a distribuição da terra e da riqueza que existe no país.

Não entanto, dominar, ser senhor, tornou-se negócio, lucro, dinheiro em benefício de poucos. O lucro desarranjou a casa de “nossos pais” (...). Somos lembrados de que, na doutrina social, “o processo de concentração da propriedade da terra é julgado um escândalo (...), enquanto nega a grande parte da humanidade o benefício dos frutos da terra” (...). Os movimentos que e grupos sociais, que lutam pelo direito à terra e pelo cuidado dela, encontrarão no documento inspiração e ânimo para perseverar no caminho do serviço aos irmãos e irmãs.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *Conflito e Mediação: os antagonismos sociais na Amazônia segundo os movimentos camponeses, as instituições religiosas e o Estado*. Tese de doutoramento em Antropologia Social. Museu Nacional/Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1993.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *Carajás: a guerra dos mapas*. Belém: Falangola, 1994.

BRETON, Binka Le. *Vidas roubadas: a escravidão moderna na Amazônia brasileira*. 2ª edição, Goiânia: CPT; São Paulo: Edições Loyola, 2002.

BRUNO, Regina Ângela Landim. *O ovo da serpente*. Monopólio da terra e violência na Nova República. Tese de doutoramento em Ciências Sociais. Universidade Estadual de Campinas, 2002.

CHINEM, Rivaldo. *Sentença: Padres e Possesores do Araguaia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2ª edição 1983.

CNBB. *Marginalização de um Povo: Grito das Igrejas*. Goiânia: CNBB, 1973.

CNBB. *A Igreja e a questão agrária brasileira no século XXI*. Brasília: Edições CNBB, 2014.

CPT Norte 2. *Balanço da violência no campo*, 1985;

CPT Norte 2. *Relatório de Conflitos*, 1987-1988.

CPT PA/AP. *Históricos dos assassinatos no Estado do Pará (1980-1996)*. Secretariado Regional. Belém, 1996.

CPT. *Assassinatos e julgamentos–1985-2010*. Goiânia: Setor de Documentação, 2011.

CPT. *Assassinatos no campo Brasil (1985-2010): Violência e Impunidade*. Goiânia: Setor de Documentação, 2010.

CPT. *Conflitos no Campo*, 1985-2013.

CPT. *Assassinatos no campo, Estado do Pará (1964-2010)*. Marabá: CPT, 2010.

EMMI, Marília Ferreira. *A oligarquia do Tocantins e o domínio dos castanhais*. Belém: UFPA, 1988.

FIGUEIRA, Ricardo Rezende. *A justiça do lobo: posseiros e padres do Araguaia*. Petrópolis: Vozes, 1986.

GANZER, Avelino & VENCESLAU, Paulo de Tarso. *Com palmas medida. Teoria & Debate*, nº 2. São Paulo: 1988.

GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz. *Personagens e Memórias: territórios de ocupação recente na Amazônia*. In: CHALHOUB, Sidney et. al. (orgs.). *História em cousas miúdas*. Campinas: Unicamp, 2005.

HÉBETTE, Jean. *A questão da terra. Estudos e Problemas Amazônicos: História Social e Econômica e Temas Especiais*. Belém: Idesp, 1989.

IBGE. *Censo Demográfico Pará*. VIII Recenseamento Geral 1970, Vol. 1, Tomo IV. Rio de Janeiro: maio de 1973.

IBGE. *IX Recenseamento Geral do Brasil 1980*. Vol. 1, Tomo 3, nº 4. Rio de Janeiro: 1983.

IDESP. *Sudeste Paraense foi a região mais violenta no ano de 1989. Pará Agrário (Informativo da Situação Fundiária)*, nº 6-7. Belém: 1989.

IDESP. *Um balanço da violência no campo. Pará Agrário (Edição Especial, Ocupação do Solo e do Subsolo: Conflitos Agrários)*, Belém: 1990.

IOKOI, Zilda M. G. *Igreja e Camponeses: Teologia da Libertação e Movimentos Sociais do Campo – Brasil e Peru, 1964-1986*. São Paulo: HUCITEC, 1996.

LIMA, Luiz Gonzaga de Sousa. *Evolução Política dos Católicos e da Igreja*. Petrópolis: Vozes, 1979.

LIRA NETO. *Castelo: a marcha para a ditadura*. São Paulo: Contexto, 2013.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. História social e econômica da Amazônia. In: *Estudos e Problemas Amazônicos: História Social e Econômica e Temas Especiais*. Belém: Idesp, 1989.

LÖWY, Michael. Cristianismo de Libertação e Marxismo: de 1960 aos nossos dias. In: RIDENTI, Marcelo & REIS, Daniel Airão (orgs.), *História do Marxismo no Brasil: partidos e movimentos após os anos de 1960*. Campinas: Unicamp, 2007.

MAINWARING, Scott. *Igreja Católica e política no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

MARTINS, José de Souza. *Caminhada no chão da noite*. São Paulo: Hucitec, 1984.

MARTINS, José de Souza. *A Chegada do Estranho*. São Paulo: Hucitec, 1993.

MEDEIROS, Leonilde Servólo de. *Reforma agrária no Brasil: história e atualidade da luta pela terra*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

MEDEIROS, Leonilde Servólo de. *Reforma Agrária: concepções, controvérsias e questões*. Rio de Janeiro: 1994.

MONTEIRO, Benedicto. *Transtempo*. Belém: Cejup, 1993.

MOURA, Antônio Carlos. A Comissão Pastoral da Terra. In: SALEM, Helena (org.). *A igreja dos oprimidos*. São Paulo: Brasil Debates, 1981.

NAPOLITANO, Marcos. *1964: História do Regime Militar Brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2014.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de Oliveira. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. *Estudos Avançados*, vol. 15, nº 43. São Paulo: 2001.

PARÁ AGRÁRIO. Informativo da situação fundiária. Ocupação do solo e subsolo. Castanhais. Belém: Idesp (Edição Especial), 1990.

PEREIRA, Airton dos Reis. *O papel dos mediadores nos conflitos pela posse da terra na região Araguaia Paraense: o caso da Fazenda Bela Vista*. Dissertação de mestrado em Extensão Rural. Universidade Federal de Viçosa (MG), 2004.

PEREIRA, Airton dos Reis. *A luta pela terra no sul e sudeste do Pará: migrações, conflitos e violência no campo*. Tese de doutoramento em História. Universidade Federal de Pernambuco, 2013.

PETIT, Pere. *Chão de Promessas: Elites Políticas e Transformações Econômicas no Estado do Pará pós-64*. Belém: Editora Paka-Tatu, 2003.

PETIT, Pere. Governos brasileiros e a “ocupação” e o “desenvolvimento” da Amazônia: 1960-2005. In: ALONSO, José Luis Ruiz-Peinado & CHAMBOULEYRON, Rafael (orgs.), *T(r)ópicos de História: Gente, Espaço e Tempo na Amazônia (séculos XVII a XXI)*. Belém: Açaí, 2010, pp. 271-283.

PINTO, Lúcio Flávio. Conflitos de terras no Sul do Pará. *Reforma Agrária*, Campinas, v.12, nº 2, março/abril, 1982.

PEIXOTO, Rodrigo. Ação cultural e contestação política entre a Igreja Católica e os camponeses: um estudo na região de Marabá. In: LÉNA, Philipe et. al. (orgs.), *Amazônia: a fronteira agrícola 20 anos depois*. Belém, CEJUP, 2ª edição 1992.

PESSÔA, Fábio Tadeu de Melo. A luta pela terra numa área de conflito na Amazônia. In: *Anais do I Congresso Pan-Amazônico e VII Encontro da Região Norte de História Oral*. Belém: Açaí, 2012.

PESSÔA, Fábio Tadeu de Melo. *O Pensamento Radical No Movimento Camponês: História e Memória da Luta Camponesa em Conceição do Araguaia (1975/1985)*. Dissertação de Mestrado História Social da Amazônia (UFPA). Belém, 2013.

SALEM, Helena (org.). *A Igreja dos Oprimidos*. São Paulo: Brasil: Debates, 1981.

SILVA, Fabio Carlos. A companhia de terras da Mata Geral e a privatização da floresta amazônica no sul do Pará. *Paper do NAEA* nº 251. Belém: novembro de 2009.

SUDAM. *Sudam 15 Anos: 1966-81*. Belém: Ministério do Interior/Sudam, 1982.

VELHO, Otávio Guilherme. *Frentes de Expansão e Estrutura Agrária*. Estudo do Processo de Penetração numa Área da Transamazônica. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

Data de recebimento: 30/08/2014

Data de aceite: 18/11/2014